

Compromisso de ponta a ponta

A SC Johnson - fabricante de marcas de destaque como Glade®, Raid®, Baygon®, Off!®, Pato®, Ziploc®, Bravo® e Mr. Músculo® - partiu de uma expectativa de 7 toneladas de embalagens de aerossol de aço reciclado para alcançar 50 toneladas, logo no primeiro ano do programa de logística reversa da marca Glade®. Originalmente uma parceria com o Walmart, o projeto iniciado em 2013 incluía uma ampla mudança na cadeia de produção, com alterações na fórmula e nos fornecedores, assim como a criação de um programa de reciclagem pós-consumo.

Como a reciclagem de latas de aerossol de aço é algo novo no Brasil, a SC Johnson - juntamente com a ProLabAmbiental, empresa de gestão e soluções de processos que promove iniciativas de sustentabilidade - tem sido pioneira no desenvolvimento de uma nova metodologia de reciclagem. No processo, separa-se cada componente em um ambiente seguro e controlado para

que seja possível reinserir os materiais recicláveis na cadeia produtiva.

O projeto também vem ajudando na inclusão social de catadores por meio de um programa de incentivo com a ProLab e o Instituto GEA. Com apoio social e financeiro, a SC Johnson tem incentivado os catadores a se registrarem oficialmente em cooperativas, aumentando sua renda e melhorando as condições de trabalho. Estão envolvidas no programa 36 entidades que reúnem cerca de 900 catadores, sediadas na Grande São Paulo, Santos, Campinas, São José dos Campos e Sorocaba.

Desde o final de 2013, Glade® Aerossol conta com uma nova fórmula que reduziu o gás liquefeito de petróleo (GLP), um recurso não renovável, em 30% em relação à formulação anterior, além de diminuir a emissão de CO₂, de COV (Composto Orgânico Volátil) e o consumo de gás não renovável e combustível. A empresa também fez mudanças na cadeia de abastecimento, utilizando fornecedores mais locais de propelentes, fragrâncias, matérias-primas e

tampas, minimizando o impacto ambiental associado à cadeia de abastecimento. O novo modelo de produção de Glade® Aerossol tem representado uma redução total de 40 mil litros de consumo de diesel por ano, equivalente a 180 toneladas de CO₂.

As embalagens de Glade® recolhidas vão para a ProLab, onde são devidamente despressurizadas e enfardadas, antes de seguir para a reciclagem. Desse modo, a embalagem pós-consumo pode se transformar novamente em matéria-prima para embalagem de Glade®. "Como empresa familiar, consideramos que a parceria com a ProLab e o Instituto GEA nesse projeto de reciclagem único nos permitiu oferecer opções aos consumidores para ajudá-los a fazer escolhas mais verdes", avalia Stephane Reverdy, presidente da SC Johnson Brasil.



Divulgação

Para saber mais: <http://www.scjohnson.com.br/>



A 11ª edição do Recycle Cempre vai acontecer nos dias 30 de novembro, 01 e 02 de dezembro no Centro de Exposições do Anhembi, em São Paulo (SP). A grande novidade deste ano é sua realização paralela à 6ª edição da Expocatadores. Mais informações pelo telefone 11 3917 2878 ou e-mail eventos@rmai.com.br. Inscreva-se já!

Preço do Material Reciclável

	Papelão	Papel branco	Latas aço	Latas Alumínio	Vidros	Plástico rígido	PET	Plástico filme	Longa vida	Óleo Vegetal	Isopor
Amazonas											
Manaus	200PL	400PL	150L	2400PL	-	1000PL	600PL	1200PL	150PL	0,3	-
Rio Grande do Norte											
Natal	150L	220L	150L	250PL	100	500L	500L	800L	150PL	0,50/Litro	1000
Goiás											
Goiania	160L	200L	150L	2900L	20L	600L	700L	900L	100L	0,30/Litro	700L
Minas Gerais											
Belo Horizonte	350PL	450PL	400L	3400L	70	1400PL	1700PL	1500PL	200PL	-	-
Itabira	390PL	560PL	350PL	4000PL	215	1535,05	1780PL	1700PL	390PL	0,30/Litro	1100
Lavras	280PL	300PL	250	3600	140	1400PL	1300PL	1350PL	100PL	0,6	-
Rio de Janeiro											
Mesquita	250	500	180	3800P	160	1000PL	1250PL	750PL	150P	-	-
São Paulo											
São Paulo	380PL	550L	300	3900L	1260	1000PL	1100PL	2100P	340P	1,00/Litro	1000
São José dos Campos	250P	-	-	3400P	180	165	1400P	480P	250P	-	500
Guarujá	250	200	140	3000	80	700	1000	800	170	0,5	500
Santa Catarina											
Florianópolis	270	390	160	3400	120	1200PL	1000	1000	170	-	500
Rio Grande do Sul											
Porto Alegre	330PL	380PL	300	3100PL	50	500PL	1400PL	400PL	180PL	0,30/Litro	500L
Canoas	310PL	400PL	-	3400PL	60	-	1500PL	1000PL	150PL	0,50/Litro	400

P = prensado L = limpo *preço da tonelada em real

Estes preços de venda dos recicláveis são praticados por programas de coleta seletiva, sendo a informação de sua inteira responsabilidade. Atenção programas de coleta seletiva e cooperativas: para providenciarmos a publicação dos preços recicláveis, solicitamos o envio de cotações até o dia 15 de cada mês ímpar do ano (janeiro, março, maio, julho, setembro, novembro).



Compromisso Empresarial para Reciclagem

O Cempre Informa é uma publicação bimestral do Cempre, instituição sem fins lucrativos que visa promover a reciclagem, dentro do conceito de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.

O Cempre congrega as seguintes empresas:

ADM, Ajinomoto, AmBev, Arcor, Bauducco, Beiersdorf/ Nivea, Brasil Kirin, Braskem, BR Foods, Bunge, Cargill, Carrefour, Casas Bahia, Coca-Cola, Colgate-Palmolive, Danone, Dell, Diageo, Femsa, Hewlett Packard, Klabin, McDonalds, Mondelez, Nestlé, Nestlé Waters, Owens Illinois, Pão de Açúcar, Pepsico do Brasil, Philips, Procter & Gamble, SC Johnson, SIG Combibloc, Suzano, Tetra Pak, Unilever Brasil, Vigor e Walmart Brasil.

Conselho Editorial:

Bunge, Coca-Cola e McDonald's. **Elaboração:** Palavra. Oficina de Textos. **Jornalista responsável:** Beth Leites (MTb 20.273/SP). **Reportagem e redação:** Beth Leites. **Acompanhamento:** Vera Bella. **Projeto gráfico:** Marco Storelli.

Cempre: Rua Bento de Andrade, nº 126 - Jardim Paulista - São Paulo/SP - CEP 04503-000
Tel: (11) 3889-7806/8564 • Fax: (11) 3889-8721
cempre@cempre.org.br • www.cempre.org.br
• www.facebook.com/cemprebr • <https://twitter.com/cemprebr>
• [https://instagram.com/cemprebr](https://www.instagram.com/cemprebr)

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião do Cempre.

100% Impresso em papel 100% reciclado: RECICLATO / Cia. Suzano de Papel e Celulose

Renda de catadores dispensa complementação do Bolsa Família

O movimento de reconhecimento e valorização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis pode ser notado em diversas cidades brasileiras, por meio de parcerias e contratos com prefeituras, apoio de associações, ONGs e empresas, criação e profissionalização de cooperativas e formação de redes para obtenção de melhores negociações junto à indústria recicladora. O grande passo nesse sentido foi dado com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, promulgada em 2010, que destacou a inclusão socioeconômica dos catadores na cadeia formal de gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Desde então, vem se consolidando a legitimação do papel desses profissionais para a ampliação da reciclagem no país, o que tem lhes assegurado benefícios como incremento da renda mensal, melhoria nas condições de trabalho e aumento de sua autoestima. Nota-se, agora, um segundo passo nesse movimento: com a elevação de seus ganhos, os catadores estão deixando de se enquadrar no programa Bolsa Família, criado pelo governo federal para ajudar famílias com renda per capita de até R\$ 154 mensais.



Um exemplo nesse sentido vem da Cooper Região, em Londrina, onde 70 dos 170 catadores já não se adequam aos requisitos do programa. "Identificamos esse fenômeno pela primeira vez em 2013 e, de lá para cá, ele só vem aumentando", conta Verônica Cardoso Costa, diretora financeira da Cooper Região, criada em 2009. Hoje,

"Saí do Bolsa Família há dois anos e confesso que fiquei muito feliz com o que isso significou. É uma vitória e um grande reconhecimento!"
Érica Salles Lino, catadora

a renda mensal dos cooperados é de R\$ 1.300,00, complementada por benefícios como café da manhã, almoço, vale-transporte, vale-alimentação no valor de R\$ 150, pagamento de INSS e férias remuneradas. "Há uma clara transformação na qualidade de vida dos catadores, fruto da valorização de seu papel no ciclo da reciclagem", destaca Verônica.

Beneficiada por repasses do programa Cataforte e da Funasa, a Cooper Região já adquiriu sete caminhões. "As melhorias são fruto de uma ação conjunta tanto do governo federal como do municipal. Foram algumas iniciativas que se refletiram na transformação da vida dos catadores. Além dos caminhões, um grande diferencial para nós foi a assinatura do contrato de prestação de serviços com a Prefeitura que formalizou nossa atuação, contribuindo para



nossa profissionalização. Não poderia haver outro resultado a não ser esse impacto na renda dos cooperados. Era isso mesmo que almejávamos!", comemora Verônica. Para se ter uma ideia, em 2011, a renda média de um catador ligado à Cooper Região era de R\$ 730.

A cooperativa cuida da coleta, triagem e venda de cerca de 500 toneladas mensais de recicláveis. Também é responsável por ações de educação ambiental junto a 88 mil domicílios, com quatro equipes que percorrem os bairros para orientar e conscientizar os moradores. O trabalho em rede já ocorre na Cooper Região que é, na realidade, resultado da integração de diferentes associações que operavam de forma independente.

Um dos projetos que estão no foco da cooperativa para o futuro é a produção de sacos de lixo a partir dos resíduos plásticos coletados, aumentando ainda mais os rendimentos de seus profissionais. Entre eles, está Érica Salles Lino, casada e mãe de quatro filhos, que há seis anos trabalha na Cooper Região. "Fiquei muito feliz com o significado de ter saído do Bolsa Família. Isso foi há dois anos e representou, na verdade, uma grande conquista! Além de ser a prova de que melhorei minha condição de vida, pude ceder essa oportunidade para outros que precisam mais nesse momento."

Para saber mais: <http://www.cooperregiao.com>
<https://www.facebook.com/CooperRegiao>

A ação em torno dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

No dia 25 de setembro, durante a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), seus 193 Estados membros aprovaram, por unanimidade, uma nova agenda global para os próximos quinze anos, baseada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), subdivididos em 169 metas concretas que serão monitoradas por 300 indicadores. Os ODS foram traçados de forma abrangente, a partir da participação de diversos stakeholders e consultas em mais de 100 países, o que lhes confere uma legitimidade e amplitude sem precedentes. Para se ter uma ideia, mais de 8,5 milhões de pessoas foram ouvidas pelas Nações Unidas, presencialmente ou via web. O “Cempre Informa” entrevistou Regina Cavini, oficial de Programas Sênior do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) no Brasil, para entender o real alcance desse compromisso. Confira:



Qual a importância do lançamento dos ODS?

A adoção dos 17 ODS significa a aceitação de um caminho comum para o desenvolvimento de todos os países nos próximos 15 anos. Trata-se de um “plano de ação universal” para definir as áreas que devem ser priorizadas para incorporar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômica. Mais do que buscar integrar essas dimensões, esse plano visa à transformação dos atuais padrões de desenvolvimento para um novo modelo que reduza a pobreza, as desigualdades de renda e de gênero, a exclusão social, a degradação dos recursos naturais e que promova a paz, a segurança alimentar, o uso eficiente dos recursos, dentre outros desafios comuns que os países enfrentam em diferentes escalas. A adoção da Agenda 2030 e dos ODS sinaliza a compreensão por todos de que a humanidade pode e deve fazer escolhas por trajetórias tecnológicas, sociais, econômicas que maximizem os ganhos para as Pessoas e para o Planeta, visando a Prosperidade e a Paz, de forma colaborativa, por meio de Parcerias. Esses são os 5P’s que resumem a Agenda 2030.

Qual seu impacto nas metas de sustentabilidade de nações e empresas?

O impacto pode ser imenso tanto para as nações quanto para as empresas, pois a Agenda 2030 influencia significativamente os tomadores de decisão, sejam eles formuladores de políticas públicas governamentais ou do setor privado. Essa nova agenda traz consigo o poder de ter sido aprovada por todos os países e ser aplicável a todos (governos, empresas, sociedade civil e indivíduos) e, do ponto de vista ambiental, ser integradora, pois a conservação dos recursos

naturais não é apenas um pilar isolado da sustentabilidade, mas integra os objetivos sociais e econômicos, aliando ecologia e economia.

Em termos mais pragmáticos, a Agenda 2030 muda a noção de progresso e desenvolvimento. Hoje já não é mais razoável que se construam grandes hidrelétricas sob o custo altíssimo de deslocar contingentes de populações ou de perdas significativas de florestas ou de biodiversidade, há que se pensar em soluções integradoras que beneficiem tanto a produção de energia como a possibilidade de as pessoas permanecerem em suas localidades e a maior conservação possível da natureza quando da formulação de

políticas energéticas, por exemplo. Hoje, dispomos de fontes alternativas de energia como a solar e a eólica.

Do ponto de vista das empresas, está claro para muitas delas que somos todos dependentes de boas condições ambientais, seja para a qualidade

de vida de seus colaboradores, para a oferta de insumos produtivos ou para a redução de resíduos. Os principais problemas (e suas soluções) que afetam a humanidade estão, de alguma forma, previstos na Agenda 2030. Assim como na fase de sua formulação, para a implementação dessa agenda, o setor empresarial é fundamental, pois já é notória a limitação dos governos em conseguirem, sozinhos, resolver todas as questões.

O que diferencia os ODS dos ODM?

A adoção dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), traçados pela ONU em 2000 para serem alcançados até 2015, mostrou que os indicadores são métricas viáveis para os países avaliarem seus esforços em alcançar as metas de desenvolvimento. Porém, as metas então definidas não foram suficientes para abarcar todos os desafios e em

junho de 2012, na Rio+20, os líderes acordaram em traçar objetivos mais abrangentes, surgindo então a necessidade de se conceberem novos indicadores para medir o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável.

Os ODS foram formulados para serem mais amplos, conciliando economia, ecologia e direitos humanos. Não se trata mais de um objetivo específico para combater a fome e outro para proteger o meio ambiente, mas sim de combater a fome e fomentar a conservação ambiental conjuntamente, desenvolver ações de sustentabilidade socioambiental ao mesmo tempo em que se busca reduzir as diferenças entre homens e mulheres. A implementação dos ODS tem também como pressuposto um processo participativo, considerando as diferentes perspectivas dos atores sociais, governamentais e empresariais. Os ODS têm como base os 8 ODM, mas são mais vastos e incluem temas então ausentes como energia limpa, cidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, igualdade de gênero e raça, entre outros.

O que é necessário para se atingir esses Objetivos? Especificamente no Brasil, qual pode ser seu alcance?

Primeiramente, é importante perceber que estamos num momento de grandes transformações que devem nos levar a um novo modelo de desenvolvimento, social e ambientalmente mais adequado às necessidades humanas, e cujo sucesso só se alcançará se todos, tanto individual como coletivamente, seja nas corporações ou nos governos, se propuserem a fazer de forma diferente aquilo que está ao alcance de suas ações.

O Brasil, por exemplo, já possui uma matriz com forte participação das energias renováveis, como a hídrica, mas as mudanças no regime hídrico que estamos enfrentando desde o ano passado demonstram que temos que ir adiante, ou seja, repensar as escolhas de longo prazo; o nosso imenso “patrimônio” hídrico, diante das evidentes mudanças do clima, não parece ser mais a melhor alternativa, como já foi no passado. Então, falamos novamente das transformações em curso. Se olharmos nossa capacidade de irradiação que é 2,5 vezes maior que a de países de clima frio, temos a oportunidade de fazer mudanças. Tornar a energia solar acessível contribuirá certamente para o ODS 7, que é “Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos” e também para a meta 13.1 do ODS 13: “Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países”. Mas são muitas as oportunidades em todos os ODS.

O que está sendo feito em torno dos ODS no Brasil?

Foi criada uma Força Tarefa do Sistema ONU no Brasil sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, com a participação de 18 agências da ONU, dentre elas o PNUMA. Para a adequação dos ODS à realidade brasileira, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Agenda Pós-2015, reunindo 27 Ministérios e órgãos da administração pública federal que já trabalharam subsidiando a posição brasileira nas negociações da elaboração dos ODS. O Brasil foi um dos países eleitos como representante da América Latina e do Caribe no grupo de especialistas das agências oficiais de estatística sobre indicadores dos ODS, no âmbito da Comissão de Estatística das Nações Unidas. O IBGE será o

responsável por representar o Brasil nesse grupo, organizando todos os produtores de informação em nível federal, a fim de contribuir de forma efetiva no processo de aperfeiçoamento dos ODS, e, internamente, trabalhando no levantamento dos dados e estatísticas para monitorar a implementação dos ODS.

Como o trabalho desenvolvido pelo Cempre pode contribuir na realização dos ODS?

Considero que o Cempre possui uma forma de ação bastante convergente com o que se espera de uma nova atitude em direção à transformação que a sociedade e o planeta clamam. Com segurança, posso afirmar que o trabalho com os catadores é um modelo de inclusão social e econômica, colaborando para a melhoria das condições ambientais ao contribuir para a gestão dos resíduos sólidos, hoje um dos maiores desafios urbanos.

Podemos considerar que o Cempre possui uma clara intervenção positiva, por exemplo, para a meta 12.5: “Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização” e pensar na imensa oportunidade que temos para trabalhar em parcerias transformadoras, considerando que o país possui o arcabouço legal dado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e que já avançamos na organização de muitas cooperativas, mas ainda precisamos fazer com que mais municípios implementem a coleta seletiva para que o trabalho dos catadores seja eficiente e se dê em condições adequadas. Ou seja, temos um caminho enorme para percorrer, mas já possuímos condições favoráveis para expandir o trabalho do Cempre.

Para saber mais:
<http://www.onu.org.br/pos2015/>

O compromisso do Cempre

Ao atuar em prol da gestão sustentável dos resíduos sólidos urbanos, com ênfase na reciclagem, na responsabilidade compartilhada e na valorização do trabalho dos catadores associados em cooperativas, o Cempre está diretamente comprometido com a realização dos ODS:

1. Erradicação da pobreza
3. Saúde e bem-estar
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de gênero
8. Trabalho decente e crescimento econômico
9. Indústria, inovação e infraestrutura
10. Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Consumo e produção responsáveis
16. Paz, justiça e instituições eficazes
17. Parcerias e meios de implementação